Reparação,
Consolidação
e Modificação
de Estruturas, S.A.

Relatório e Contas de 2021

Índice:

ÓRGÃOS SOCIAIS 3

RELATÓRIO DE GESTÃO 4

INTRODUÇÃO 4
PRODUÇÃO 4
COMERCIAL 4
RECURSOS HUMANOS 5
ESTUDOS E INOVAÇÃO 7
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 7
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 7
BALANÇO 8
QUALIDADE AMBIENTE E SEGURANÇA 9
GESTÃO DA QUALIDADE 9
GESTÃO AMBIENTAL 9
GESTÃO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO 10

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 10

CONSIDERAÇÕES FINAIS 11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS ÀS CONTAS 12

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA 13
BALANÇO 14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 15
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES 16
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 17
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 18

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Órgãos Sociais

Conselho de Administração:

Presidente:	Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura
Administrador:	António Manuel Imaginário Cordeiro
Administrador:	José Paulo Veríssimo da Silva Maia Costa
Administrador:	Carlos Alberto Alves Gonçalves
Administrador:	Bernardo Pestana Boavida Salavessa

Mesa da Assembleia-geral:

Presidente:	António Jaime Agapito Monteiro Vieira Martins
Secretário:	Rute Paula Trancoso Mendes

Fiscal Único:

Efetivo:	CRC - Colaço, Rosa, Coelho & Associado, SROC, Lda.
Suplente:	Vítor Manuel Fernandes Marques

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2021

1. INTRODUÇÃO

O ano de 2021 foi, para a Stap, S.A., um ano de boas realizações. A pandemia, que afetou largos setores da economia, poupou o setor da Construção. Conseguimos executar inúmeras obras de reabilitação estrutural, sem que se perdesse a identidade e a qualidade que definem a empresa e atingindo, ainda assim, resultados acima do que havíamos previsto.

2. PRODUÇÃO

A reabilitação estrutural, atividade emergente e cada vez mais solicitada, permitiu à Stap, S.A. executar, em Consórcio ou como Empreiteiro Geral, importantes obras durante o ano de 2021. Destacamos a continuação da exigente obra de reabilitação estrutural da Ponte 25 de Abril e o início da intervenção no viaduto da Matinha, ambas em Lisboa. Executou-se, igualmente, a reabilitação total de reforço ao sismo, com técnicas de confinamento por compósitos de fibras de carbono em matriz cimentícia, do edifício para a Junta de Freguesia de Portimão e do edifício da Antiga Lota. Manteve-se a reabilitação dos estaleiros da Lisnave, com destaque para a proteção catódica da central de bombagem, e a reabilitação profunda de betão armado degradado por ataque de sulfatos nas instalações da ADP.

3. COMERCIAL

Durante o ano de 2021 verificou-se um aumento da taxa de adjudicação relativamente ao ano 2020, atingindo um valor superior a 41%, sendo o valor global proposto superior a 15 M€. Em 2021, houve um decréscimo em relação ao ano anterior, do valor global proposto de propostas apresentadas de 40%. Contudo, em 2021 houve um aumento no valor total adjudicado de 6%.

Não se atingiu o volume de propostas de 25M€, por terem sido adjudicadas obras ao longo do ano e ter sido feita uma seleção dos concursos, para conseguir cumprir os prazos das obras em curso e entretanto adjudicadas.

O número de propostas em resposta a concurso públicos foi superior ao número de propostas para clientes privados, uma tendência que contrariou o registado nos últimos três anos.

Em 2021, a ordem de grandeza do valor total adjudicado em sede de procedimento público foi superior ao adjudicado por via de consultas de clientes privados.

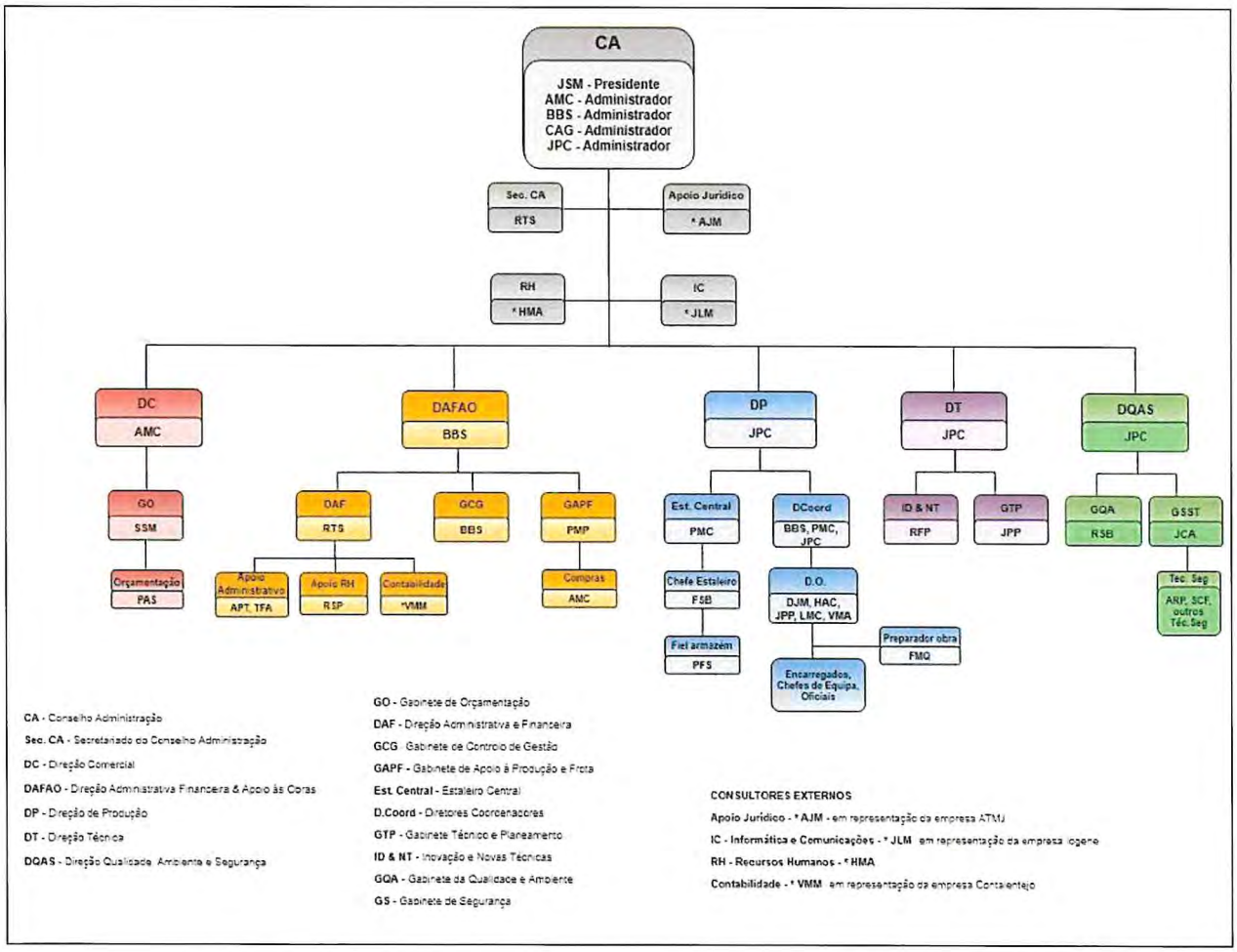
No que se refere à análise da origem das propostas, verificou-se que, das 47% das propostas tiveram origem em convite privado, tendo a origem dos restantes 53% em respostas a concursos públicos.

4. RECURSOS HUMANOS e ORGANIZAÇÃO

Relativamente ao ano 2021, o número médio de trabalhadores ao serviço da empresa, subiu ligeiramente, sendo de 48. A atual estrutura continua a adaptar-se de forma a garantir o cumprimento técnico e de produção face às exigências do mercado. A empresa continua a recorrer a outsourcing, sempre que necessário.

A estrutura orgânica da empresa manteve-se em relação ao ano anterior, disponibilizando-se os seus serviços nas várias obras ao longo de todo o País, com o apoio administrativo e técnico dos escritórios em Algés, Porto e Portimão.

A configuração organizacional no final do ano de 2021 é a seguinte:



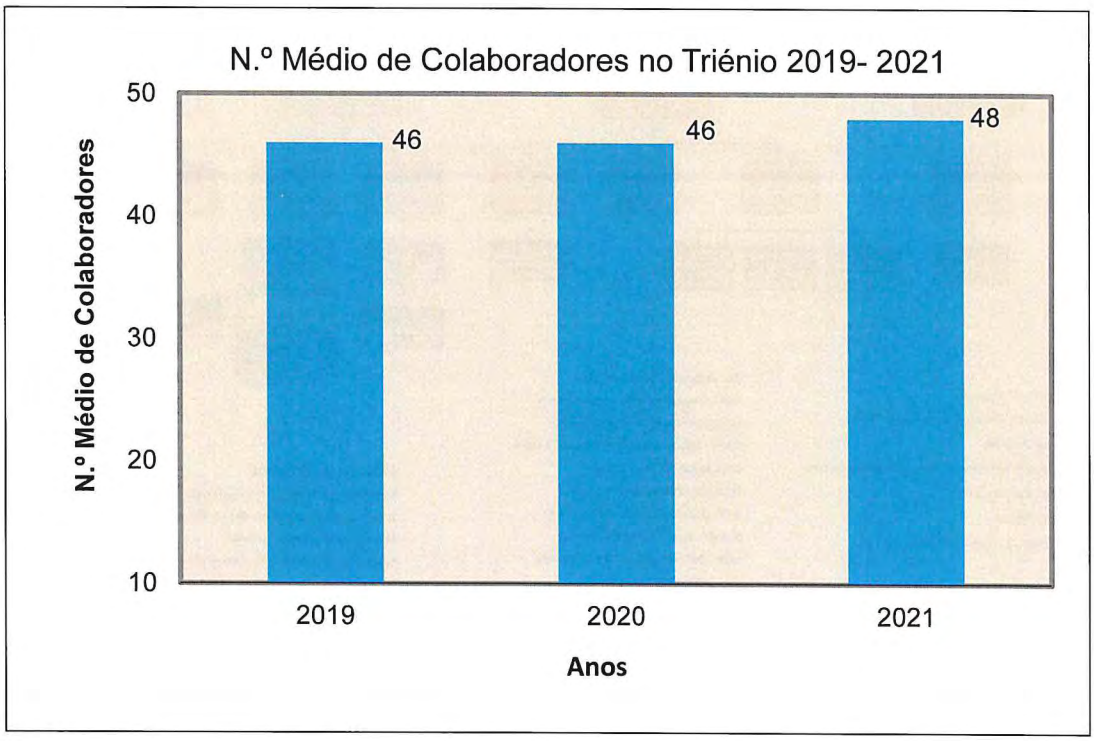
Conselho de Administração - Mantêm-se os 5 membros (Presidente Conselho de Administração e 4 Administradores), sendo que 3 não são remunerados.

Orgãos Sociais	2021	2020
Conselho Administração	5	5

Recursos Humanos - A repartição média por tipologia de funções desempenhadas, discrimina-se de acordo com o seguinte:

Recursos Humanos / Função	2021	2020
Quadros Superiores e Médios	13	13
Encarregados	9	7
Técnicos de Obra	17	17
Técnicos Segurança	3	3
Administrativos e Armazém	6	6
TOTAL	**48**	**46**

O quadro seguinte ilustra o número médio de trabalhadores no último triénio:



A Política de Recursos Humanos continua a ter em consideração as mudanças que ocorrem na Empresa e no mercado em que atua, tendo em conta a estrutura da Empresa e as necessidades de formação dos seus trabalhadores. Em 2021, apesar de continuar a situação pandémica por COVID 19, a atividade da Stap manteve-se com a realização de obras por todo o País. As áreas administrativas ficaram asseguradas por um mínimo de trabalhadores nas instalações da sede, sendo que se continuou a adotar o teletrabalho aos restantes trabalhadores.
O número de horas de formação, em relação ao ano anterior, aumentou em 65%, o que originou um maior número médio de horas de formação por trabalhador. A formação interna administrada nos locais de trabalho (Obras) continua a ser uma grande aposta da Empresa, com o principal domínio na segurança e saúde no trabalho e nas questões relacionadas com a COVID19, bem como a formação de Acolhimento, que inclui ações nas áreas Técnica, Qualidade, Ambiente e Segurança. Para além destas formações internas, os trabalhadores tiveram ainda a oportunidade de frequentar outras ações por entidades externas, tais como: Primeiros Socorros, Manobradores de Empilhadores e Retroescavadora, Legislação – Código dos Contratos Públicos e Sistemas Informáticos - Orçamentação e AutoCAD.

5. ESTUDOS E INOVAÇÃO

Mantendo a aposta na investigação e desenvolvimento, divulgação e participação em iniciativas técnicas e científicas no âmbito da reabilitação estrutural, a Stap continua em colaboração com as principais universidades do país a testar soluções que permitam dar resposta às exigências do Mercado.

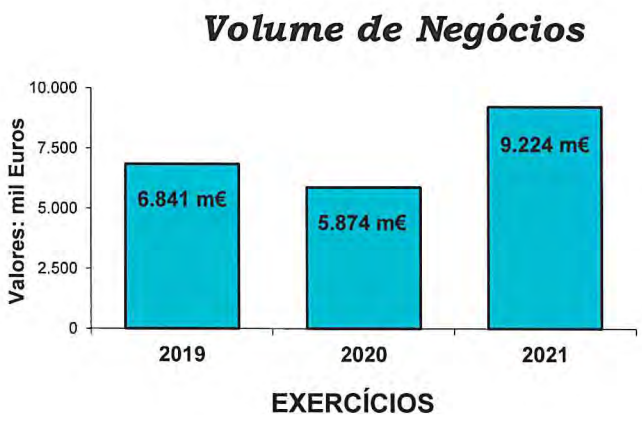
6. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Demonstração dos resultados

O volume de negócios verificado no exercício de 2021 (9.224 m€) teve um aumento significativo em relação ao exercício de 2020 (5.874 m€), tendo superado o valor de 8.000 m€ previsto no orçamento em cerca de 15%.

Este aumento no volume de negócios e um excelente desempenho nas obras refletiu-se no resultado líquido do exercício que passou de 90 m € em 2020 para 967 m€ em 2021.

Os quadros seguintes mostram a evolução dos negócios e do resultado líquido da empresa, no último triénio:



Balanço

Com referência a 31 de dezembro de 2021, o total do Ativo da sociedade aumentou 49%, passando de 3.304 m€ em 2020 para 4.942 m€ em 2021. O Passivo total teve um aumento de 67% e o Capital próprio aumentou 39% relativamente ao exercício anterior, na sequência do resultado líquido apresentado neste último exercício.

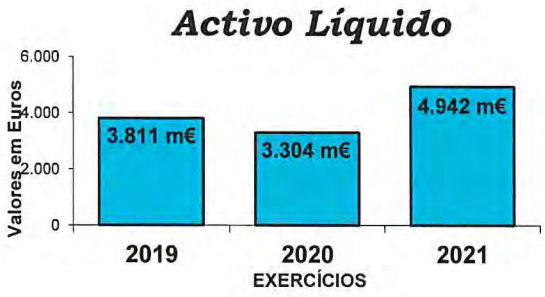
Num ano que continuou a ser marcado pela Pandemia da covid-19, a estrutura do balanço da Stap, no final do exercício de 2021 reflete a sua solidez financeira, apresentando um índice de 190% para a liquidez geral e um índice de 60% para a autonomia financeira da sociedade.

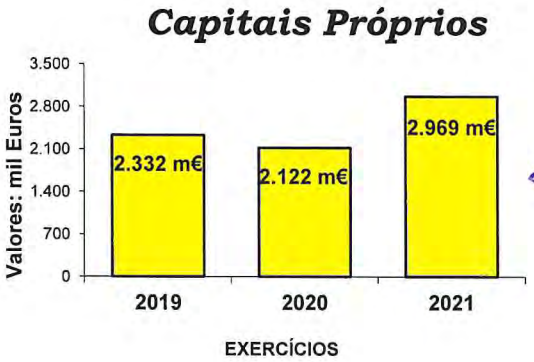
No final de 2021, o Ativo total líquido (4.942 m€) tinha como rubricas principais as "Dívidas líquidas de clientes" (2.046 m€) e os "Ativos fixos tangíveis, líquidos de depreciações" (1.192 m€).

No passivo corrente, assumem particular relevância as dívidas a fornecedores com um montante de 943 m€ em 2021.

A Stap detém 15.550 ações próprias, cujo valor de aquisição (77 m€) foi ligeiramente inferior ao seu valor nominal (77,75 m€), que correspondem a 5% do capital social da Stap (311 000 ações a 5 Euros cada, que montam a 1.555 m€).

A evolução do ativo líquido total e do capital próprio da empresa, no último triénio, é a que consta no quadro seguinte:





A robustez dos capitais próprios da Stap tem contribuído para o nível de confiança que os parceiros da empresa nela depositam e para o conforto que o Conselho de Administração mantém com os diferentes stakeholders.

7. QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA

Gestão da Qualidade

Em 2021 ocorreu a auditoria de renovação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), pela NP EN ISO 9001:2015, no âmbito "Reabilitação estrutural e construtiva, incluindo reparações, consolidações, reforços e modificações". Foram auditados todos os processos incluídos no âmbito da certificação, bem como o Estaleiro Central e duas obras selecionadas pela equipa auditora.

A conclusão da auditoria foi que o sistema está globalmente concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos da norma e demonstra aptidão para, de forma consistente, cumprir os requisitos aplicáveis, atingir os objetivos e realizar as políticas da empresa.

Durante o ano de 2021, realçou-se mais uma vez, o contínuo enfoque nos clientes, materializado no feedback positivo recolhido através dos inquéritos de satisfação recebidos, da taxa de reclamações ser zero, a taxa de satisfação dos clientes ser 100% e a taxa de adjudicações ser de 41,72% existindo uma elevada fidelização de clientes.

Gestão Ambiental

Durante o ano de 2021, cumpriu-se com todos os requisitos legais e outros aplicáveis relacionados com os aspetos ambientais significativos nas obras, nomeadamente os requisitos de Gestão Ambiental estabelecidos pelos Clientes. Para todas as obras foram sempre selecionados operadores de gestão de resíduos que valorizassem ou reciclassem os resíduos e foram aplicadas todas as boas práticas de gestão ambiental em obra.

Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho

No ano de 2021 o desempenho do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST) registou uma performance muito boa, não obstante o ano ter decorrido ainda sob as condicionantes induzidas pelo SARS COV2. Isto continuou a implicar uma grande capacidade de adaptação da empresa à torrente de orientações da Direção Geral de Saúde (DGS), adequando-as à sua organização, métodos e técnicas de trabalho e a um fluxo de produção crescente.

Cumprindo com as orientações da DGS, todas as instalações e obras continuaram a cumprir os respetivos Planos de Contingência Interno (PCI). Estes planos visavam mitigar o risco de contágios atuando proactivamente na fase de possível sintomatologia, estendendo-se necessariamente aos transportes de e para as obras, em carrinhas da empresa. Esta planificação permitiu que a produção não sentisse o impacto dos contágios que foram existindo. Não houve nenhuma obra que fosse interrompida pelo impacto dos casos positivos.

Ao nível da sinistralidade, no ano de 2021 não se registaram acidentes com baixa, contrariamente aos 2 acidentes e 75 dias perdidos no ano anterior. Este resultado não deixa de ser notável se tivermos em linha de conta que houve uma subida de cerca de 60% da faturação em 2021.

O investimento em matéria de Segurança continuou ajustado às necessidades das diversas empreitadas, associado a afetações contratuais impostas por alguns clientes. Houve uma vez mais recurso a contratação de prestações de serviços em matéria de SHT de forma a dar cumprimento não só às afetações contratuais já mencionadas, como também para suprir o elevado número de empreitadas, a maioria delas com riscos especiais.

Adicionalmente continuou-se a apostar na formação em matéria de SHST, quer interna quer externa. Nalguns casos relacionou-se com a elegibilidade de admissão, ou de execução de determinadas funções em instalações de Donos de Obra, noutros por inerência da certificação em matéria de Segurança. Por uma ou outra razão não deixam de evidenciar uma aposta séria e continuada da Stap na valorização profissional e no robustecimento das qualificações de todos os seus trabalhadores.

O Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, foi auditado em novembro, tendo a entidade certificadora concluído que o Sistema de Gestão da Segurança, no âmbito da NP ISO 45001:2019, evidencia um cumprimento generalizado dos respetivos requisitos, tendo sido recomendada a renovação da certificação.

O apoio às Direções Comercial e de Produção foi efetivo e importante no suporte à resposta aos clientes, quer na fase de proposta quer na fase de preparação e execução das empreitadas.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que do resultado líquido apurado de € 966.878,86 sejam distribuídos pelos sócios 500.000€ e transferidos 51.000€ para reserva legal. Quanto ao remanescente (415.878,86€), propõe-se a sua transferência para outras reservas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reabilitação das construções é a mais promissora e actual actividade do sector da Construção Civil. A Stap, como principal especialista nacional na reabilitação estrutural, acompanha a actual tendência do Mercado.

Espera-se que em 2022, e nos anos que se seguem, controlada que for a pandemia, e apesar da incógnita de que se reveste o impacto que pode ser gerado pelo conflito que se está a desenvolver na Europa e eventual crise económica inerente, se entre no entanto numa nova próspera década de 20, em que as oportunidades que surgirem permitam à Stap, S.A. aplicar o saber fazer acumulado ao longo das 4 décadas em que se dedica exclusivamente a reabilitação estrutural.

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos os colaboradores e parceiros pelo seu esforço e mérito em manter a Stap como uma PME com forte componente de saber e inovação.

Lisboa, 31 de março de 2022,

O Conselho de Administração:

(Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura - Presidente)

(António Manuel Cordeiro – Administrador)

(José Paulo Maia Costa – Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves – Administrador)

(Bernardo Pestana Boavida Salavessa – Administrador)

Demonstrações Financeiras e Anexos às Contas de 2021

STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.
Pessoa coletiva nº. 500 987 076

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Unidade monetária: Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	19	9 223 856,63	5 874 439,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-1 389 206,31	-794 187,83
Fornecimentos e serviços externos	21	-4 712 728,41	-3 374 286,22
Gastos com o pessoal	22	-1 813 017,85	-1 626 543,39
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	290,14	0,00
Outros rendimentos e ganhos	23	226 921,02	304 388,11
Outros gastos e perdas	24	-17 393,50	-17 200,24
Resultado antes de depreciações, gastos financiamento e impostos		**1 518 721,72**	**366 610,00**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-206 636,21	-198 098,39
Resultado operacional (antes de gastos financiamento e impostos)		**1 312 085,51**	**168 511,61**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	25	-68 194,31	-36 072,96
Resultado antes de impostos		**1 243 891,20**	**132 438,65**
Imposto sobre o rendimento		**-277 012,67**	**-42 173,79**
Imposto sobre o rendimento do período (imposto estimado)	26	-116 306,73	-22 320,92
Imposto sobre o rendimento do período (imposto diferido)	26	-160 705,94	-19 852,87
Resultado líquido do período		**966 878,53**	**90 264,86**

O Contabilista Certificado (Nº 29 200)

(Vítor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração

(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)

(António Manuel Imaginário Cordeiro - Administrador)

(José Paulo Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)

(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.
Pessoa coletiva nº. 500 987 076

Balanço em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Unidade monetária: Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2021	PERÍODOS 2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.192.251,15	1.177.219,05
Ativos intangíveis	6	4.788,24	0,00
Participações financeiras - outros métodos	7	29.300,29	26.347,42
Activos por impostos diferidos	26	0,00	162.512,55
Total do ativo não corrente		**1.226.339,68**	**1.366.079,02**
Ativo corrente			
Clientes	9	2.045.996,91	1.076.360,88
Estado e outros entes públicos	10	315.841,01	64.412,49
Outras contas a receber	11	497.924,26	584.696,35
Diferimentos	12	58.675,38	111.396,44
Caixa e depósitos bancários	4	797.475,61	101.338,17
Total do ativo corrente		**3.715.913,17**	**1.938.204,33**
Total do ativo		**4.942.252,85**	**3.304.283,35**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	1.555.000,00	1.555.000,00
Ações (quotas próprias)	14	-77.000,00	-77.000,00
Reservas legais	15	260.000,00	250.000,00
Outras reservas	15	166.850,09	199.788,95
Resultados transitados	15	6.796,28	6.796,28
Excedentes de revalorização		90.795,80	97.592,08
		2.002.442,17	2.032.177,31
Resultado líquido do período		966.878,53	90.264,86
Total do capital próprio		**2.969.320,70**	**2.122.442,17**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	27	24.135,57	25.942,18
Total do passivo não corrente		**24.135,57**	**25.942,18**
Passivo corrente			
Fornecedores	17	942.897,06	634.880,09
Estado e outros entes públicos	10	164.899,29	55.335,81
Financiamentos obtidos	16	0,00	203.468,54
Outras contas a pagar	18	320.852,10	233.628,74
Diferimentos	12	520.148,13	28.585,82
Total do passivo corrente		**1.948.796,58**	**1.155.899,00**
Total do passivo		**1.972.932,15**	**1.181.841,18**
Total do capital próprio e do passivo		**4.942.252,85**	**3.304.283,35**

O Contabilista Certificado (Nº 29 200)

(Vítor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração

(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)

(António Manuel Imaginário Cordeiro - Administrador)

(José Paulo Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)

(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.
Pessoa coletiva nº. 500 987 076

Demonstração individual de fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Unidade monetária: Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS 2021	PERÍODOS 2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		9.068.338,73	6.575.681,87
Pagamentos a fornecedores		-5.686.696,64	-4.468.233,83
Pagamentos ao pessoal		-1.790.429,88	-1.622.838,75
Caixa gerada pelas operações		**1.591.212,21**	**484.609,29**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		8.734,94	-51.353,56
Outros recebimentos/pagamentos		-260.610,98	101.498,86
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**1.339.336,17**	**534.754,59**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-248.118,62	-267.565,04
Activos intangíveis		-7.182,00	
Investimentos financeiros		-2.952,87	-2.401,94
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		3.249,07	2.487,80
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**-255.004,42**	**-267.479,18**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	433.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-200.000,00	-350.000,00
Juros e gastos similares		-68.194,31	-36.072,96
Dividendos		-120.000,00	-300.000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**-388.194,31**	**-253.072,96**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		696.137,44	14.202,45
Caixa e seus equivalentes no início do período		101.338,17	87.135,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	797.475,61	101.338,17

O Contabilista Certificado (Nº 29 200)

(Vítor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração

(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)

(António Cordeiro - Administrador)

(José Paulo Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)

(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.
Pessoa coletiva nº. 500 987 076

Demonstração individual dos resultados por funções

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	19	9 223 856,63	5 874 439,57
Custo das vendas e dos serviços prestados	8	-5 176 342,92	-3 251 679,07
Resultado bruto		**4 047 513,71**	**2 622 760,50**
Outros rendimentos	23	227 211,16	304 388,11
Gastos de distribuição		-374,00	-7 113,69
Gastos administrativos		-2 755 629,15	-2 553 424,92
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos	5 e 6	-206 636,21	-198 098,39
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**1 312 085,51**	**168 511,61**
Gastos de financiamento (líquidos)	25 e 26	-68 194,31	-36 072,96
Resultado antes de impostos		1 243 891,20	132 438,65
Imposto sobre o rendimento do período	27	-277 012,67	-42 173,79
Resultado líquido do período		**966 878,53**	**90 264,86**

O Contabilista Certificado (Nº 29 200)

(Vítor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração

(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)

(António Manuel Imaginário Cordeiro - Administrador)

(José Paulo Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)

(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

STAP - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.
Pessoa colectiva nº. 500 987 076

Demonstração individual das alterações no capital próprio em 2021 e 2020

(Unidade monetária: Euro)

DESCRIÇÃO	Capital realizado	Acções / (Quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
A 1 de Janeiro de 2020	1.555.000,00	-77.000,00	221.500,00	77.750,00	-39.867,61	0,00	104.388,36	0,00	490.406,56	2.332.177,31
	0	0	0	(300.000)	0	0	0	0	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2020	**1.555.000,00**	**-77.000,00**	**250.000,00**	**199.788,95**	**6.796,28**	**0,00**	**97.592,08**	**0,00**	**90.264,86**	**2.122.442,17**
A 1 de Janeiro de 2021	1.555.000,00	-77.000,00	250.000,00	199.788,95	6.796,28	0,00	97.592,08	0,00	90.264,86	2.122.442,17
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações políticas contabilísticas										
Realização excedente revalorização act. fixos tang. e intang.										
Excedentes revaloriz. act. fixos tang. e intang. e resp. variações										
Ajustamentos por impostos diferidos					80.264,86		-6.796,28			0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			10.000,00		6.796,28				-90.264,86	
	0	**0**	10.000,00	**0,00**	**87.061,14**	**0**	**-6.796,28**		**0,00**	**0,00**
Resultado líquido do período									966.878,53	966.878,53
Resultado integral									**966.878,53**	**966.878,53**
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Distribuições				-32.938,86	-87.061,14					
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	0	0	0	-32.938,86	-87.061,14	0	0	0	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2021	**1.555.000,00**	**-77.000,00**	**260.000,00**	**166.850,09**	**6.796,28**	**0,00**	**90.795,80**	**0,00**	**966.878,53**	**2.969.320,70**

O Contabilista Certificado (Nº 29200)

(Vítor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração

(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)

(António Manuel Imaginário Cordeiro - Administrador)

(José Paulo Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)

(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2021

1. Identificação da Entidade

A **Stap – Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.**, ("Stap") é uma sociedade anónima constituída em 9 de abril de 1980, com sede na Rua General Ferreira Martins nº8 9 B Algés, 1495-137 Algés.

Tem por objeto social a reparação, consolidação e modificação de estruturas.

As demonstrações financeiras, deste anexo reportam-se ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e apresentam como comparativo o período findo em 31 de dezembro de 2020, sendo utilizado o euro (com duas casas decimais) como moeda de apresentação. Estas abrangem apenas a Empresa, que não é controlada por qualquer outra entidade, nacional ou internacional, pelo que não existe subordinação a nenhuma empresa-mãe.

O capital social encontra-se integralmente realizado desde setembro de 2000, sendo a Stap detentora de 15.550 ações próprias.

Como componente dos capitais próprios, a entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2021, reservas no valor de € 426.850,09 (2020: € 449.788,95), estando € 260.000 afetos a reservas legais que, nos termos do artigo 296º do Código das Sociedades Comerciais e esgotadas as outras reservas, apenas podem ser aplicadas na cobertura de prejuízos ou na incorporação no capital. As restantes reservas - € 166.850,09 – constituem reservas livres, com exceção do montante equivalente à quantia das ações próprias - € 77.000,00 – que nos termos legais é tida como indisponível enquanto se mantiver a detenção das ações próprias.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo, como referencial, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor em Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação nº. 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº. 20/2010, de 23 de agosto, sendo o SNC de aplicação obrigatória a partir do exercício de 2010, inclusive.

Este Sistema de Normalização Contabilística compreende os seguintes instrumentos:

- Bases para a apresentação de demonstrações financeiras
- Modelos de demonstrações financeiras
- Código de Contas
- Normas contabilísticas e de relato financeiro
- Normas interpretativas

2.2 – Disposições derrogadas do Sistema de Normalização Contabilística

Não ocorreram situações de derrogação de quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística.

2.3 – Contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados com conteúdos não comparáveis com os do exercício anterior

Não existem situações de contas do Balanço à data de 31 de dezembro de 2021 que não sejam comparáveis com as do período findo em 31 de dezembro de 2020;

2.4 – Adoção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

As demonstrações financeiras do exercício de 2021 foram elaboradas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.1.1 – Bases gerais de apresentação e de reconhecimento

As demonstrações financeiras foram preparadas nos pressupostos do regime do acréscimo e da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Stap, de modo a que as demonstrações financeiras estejam de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2021.

Através do regime contabilístico do acréscimo, os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram e não somente quando sejam objeto de recebimento ou liquidação através de caixa ou equivalentes de caixa.

O pressuposto da continuidade assenta na assunção pelo Conselho de Administração da Stap, de que não existe intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir de forma significativa a dimensão das suas operações.

Na preparação das demonstrações financeiras foram respeitadas as características qualitativas fundamentais que se elencam: da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da comparabilidade e da substância sob a forma para que, em conjunto com os pressupostos contabilísticos acima referenciados, as mesmas apresentem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da Sociedade.

As demonstrações financeiras retratam os efeitos financeiros das transações e de outros acontecimentos decorrentes da atividade da Stap, constituindo os ativos, os passivos e os capitais próprios os elementos no balanço diretamente relacionados com a mensuração da posição financeira, e sendo os rendimentos e gastos os elementos nas demonstrações dos resultados diretamente relacionados com a mensuração do desempenho.

Apenas se consideram como ativos da Stap os recursos controlados pela entidade como resultado de acontecimentos passados, dos quais se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros e possam ser fiavelmente mensurados.

Quando a Stap tem uma obrigação mensurável à data das demonstrações financeiras, resultante de acontecimentos passados, e de cuja liquidação se espera uma saída de recursos próprios, essa obrigação é reconhecida como um passivo.

Na demonstração dos resultados, os rendimentos (e gastos) da Stap foram reconhecidos quando ocorressem aumento (diminuição) dos benefícios económicos futuros relacionados com o aumento (diminuição) num ativo ou uma diminuição (aumento) dum passivo e pudessem ser mensurados com fiabilidade.

3.1.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem dispêndios com programas informáticos e encontram-se mensurados ao custo, deduzido de amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas.

O custo compreende o preço de compra no momento da aquisição, adicionado, quando aplicável, de direitos de importação, de impostos de compra não reembolsáveis, de custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o seu uso pretendido, e deduzido de descontos e abatimentos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos ativos, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado, o qual, no caso dos programas informáticos adquiridos, corresponde a três anos.

3.1.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados em produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicáveis.

O custo dos ativos fixos tangíveis, que não sejam objeto de locação financeira, é equivalente ao preço a dinheiro à data do reconhecimento e compreende:

- O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução de descontos e abatimentos;
- Quaisquer dispêndios, diretamente atribuíveis, para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar de forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos no âmbito de um contrato de locação financeira são reconhecidos por quantias iguais ao justo valor dos ativos locados ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado no início da locação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
- Edifícios e outras construções	25
- Equipamento básico	3 - 12
- Equipamento de transporte	3 - 6
- Equipamento administrativo	3 - 8

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis corresponde ao seu custo, por não ser determinável, nem significativo, o eventual valor de alienação que possam representar no final das respetivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando esses ativos passem a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo fixo tangível nos casos em que, comprovadamente, aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

As mais ou menos valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação, sendo registadas pelo

valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.1.4. Locações

Os contratos de locação são classificados como:

- locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e,

- locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito no ponto 3.1.3, são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.1.5. Imparidade de ativos não correntes

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, a Stap procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda de imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera fluxos de caixa de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, refletida na demonstração dos resultados em "imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis" ou em "imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis", conforme as situações aplicáveis.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na mesma rubrica agrupadora em que foi registada a imparidade.

Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

3.1.6. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados.

3.1.7. Custos de empréstimos

Por não terem sido contratados, pela Stap, quaisquer empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, caso em que é permitida a capitalização de gastos com esses financiamentos, os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

3.1.8. Subsídios do Governo

Os subsídios são reconhecidos e mensurados pelo valor a receber, que é substancialmente idêntico ao valor atual dos recebimentos, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se irão cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios destinados a formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" de acordo com os custos incorridos com essa formação.

3.1.9. Classificação de ativos e passivos como correntes e não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano, contado da data do balanço, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data do balanço.

3.1.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- exista uma obrigação presente (jurídica ou implícita) resultante de um evento passado;
- seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e
- o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando uma das condições descritas não é preenchida, a Stap procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que os mesmos não são, por norma, objeto de divulgação.

3.1.11. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a Stap se torna parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e depósitos a prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis.

b) Clientes e outras contas a receber

As dívidas de "Clientes" e as de "Outras contas a receber" são mensuradas ao custo menos qualquer perda por imparidade.

Quando existe evidência de que as contas a receber se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa de justo valor do ativo a receber.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos estão mensurados ao custo, por se tratar de instrumentos de capital próprio, ligados a garantia de contrato de financiamento à Stap, e estar assegurada a recuperabilidade da quantia escriturada do investimento, se o contrato for cumprido pela entidade nas condições estabelecidas.

d) Financiamentos obtidos

Estes passivos financeiros são constituídos por empréstimos bancários e locações financeiras, sendo mensurados ao valor atual dos pagamentos futuros.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor, uma vez que o efeito do desconto é considerado imaterial.

f) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio.

3.1.12. Ativos e passivos contingentes

Um passivo contingente é:

uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos, ou

(i) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de um ex-fluxo de recursos ou a garantia da obrigação não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.13. Rédito

O rédito (rendimentos e outros ganhos) é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e das devoluções expectáveis.

Os rendimentos e ganhos e os correspondentes gastos e perdas são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

a) Reconhecimento de gastos e rendimentos em obras

A Stap reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra.

As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são contabilizadas nas sub-rubricas "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou "Rendimentos a reconhecer", incluídas nas rubricas "Outras contas a receber" e "Diferimentos".

Variações nos trabalhos, face à quantia de rédito acordada no contrato, são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações, para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato, são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

b) Vendas

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outras deduções inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

c) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Representam as aquisições de bens a serem aplicados na prestação dos serviços, efetuadas ao longo do período, mensuradas ao custo, o qual compreende:

- O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes;
- Custos de transporte, manuseamento e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de bens acabados, de materiais ou consumíveis.

c) Juros e proveitos financeiros

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

3.1.14. Imparidade de ativos financeiros

A Stap analisa, a cada data de balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontre em imparidade.

São registadas imparidades para perdas de valor quando existem indicadores objetivos de que a Stap não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos.

Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Antiguidade do incumprimento;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

As imparidades são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e a quantia escriturada do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do período. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, é abatido por utilização da respetiva conta de imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são tratadas como ganhos correntes e refletidas na demonstração dos resultados em "Outros rendimentos e ganhos".

3.1.15. Imposto sobre o rendimento

a) Critério genérico de determinação

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da entidade (o qual difere do resultado contabilístico), de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede, apurando-se o imposto estimado para o período e, caso aplicável, o imposto diferido.

O imposto diferido refere-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efetuada uma

reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

***b) Situação fiscal da* Stap**

A empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável subtraída dos primeiros 25 mil euros sobre os quais incide uma taxa de 17%, acrescendo ainda uma derrama municipal com uma taxa máxima de 1,4% sobre o lucro tributável do período.

Independentemente da ocorrência de lucro tributável, a empresa encontra-se também sujeita a Tributação Autónoma, nos termos do artigo 81º do Código do IRC, sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da empresa referentes aos exercícios de 2018 a 2021 e as da Segurança Social dos anos de 2017 a 2021, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correções, resultantes de revisões por parte das autoridades legais e fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.

A sociedade mantém, perante a Administração Fiscal e a Segurança Social, toda a situação contributiva e declarativa devidamente regularizada, não existindo situações de mora nem de contencioso legal ou fiscal.

3.1.17. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados neste anexo às demonstrações financeiras.

3.2. – Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existem outras políticas contabilísticas relevantes para além das descritas no ponto 3.1.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a Stap intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das normas contabilísticas e de relato financeiro requer que o Conselho de Administração da Stap ("Conselho de Administração") formule pressupostos, com base na sua convicção sobre expectativas futuras, que poderão condicionar as quantias dos ativos e passivos, bem como dos rendimentos e ganhos.

Os pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

a) Imparidade de ativos não correntes

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Stap, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas.

b) Registo de provisões

A Stap analisa de forma periódica as eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes. Tanto quanto seja possível, a entidade recorre a consultoria jurídica que lhe permita suportar o grau de probabilidade de ocorrência e a dimensão dessas obrigações.

c) Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

No exercício de 2021 o valor inscrito no balanço resultante desta rubrica é de 0,00 euros no ativo, e de 24.135.37 euros no passivo.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas. As estimativas significativas formuladas pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os seguintes assuntos:

(i) Imparidade de ativos

(ii) A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores de transações.

(iii) Vidas úteis dos ativos fixos intangíveis e tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer nas demonstrações financeiras de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que a Stap opera.

(iv) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de caixa e seus equivalentes estavam integralmente disponíveis para uso, sendo a sua desagregação como segue:

DESCRIÇÃO	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Depósitos à ordem	797.475,61	101.338,17

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, apresentam-se, como segue:

a) ***Quantias brutas e depreciações e imparidades acumuladas no início e no fim de cada período, constituindo a quantia líquida evidenciada no Balanço:***

	Situação inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Depreciação e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciação e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Exercício de 2021						
Terrenos e recursos naturais	545.242,24		545.242,24	545.242,24		545.242,24
Edifícios e outras construções	604.430,62	(350.286,96)	254.143,66	604.430,62	(374.464,18)	229.966,44
Equipamento básico	1.237.895,70	(1.001.926,61)	235.969,09	1.399.247,25	(1.082.480,40)	316.766,85
Equipamento de transporte	654.969,04	(528.287,76)	126.681,28	699.130,99	(615.270,60)	83.860,39
Equipamento administrativo	127.728,61	(112.545,83)	15.182,78	130.803,61	(114.388,38)	16.415,23
Total	**3.170.266,21**	**(1.993.047,16)**	**1.177.219,05**	**3.378.854,71**	**(2.186.603,56)**	**1.192.251,15**
Exercício de 2020						
Terrenos e recursos naturais	545.242,24		545.242,24	545.242,24		545.242,24
Edifícios e outras construções	604.430,62	(326,109,72)	278.320,90	604.430,62	(350.286,96)	254.143,66
Equipamento básico	1.189.521,99	(935.273,22)	254.248,77	1.237.895,70	(1.001.926,61)	235.969,09
Equipamento de transporte	587.702,82	(444.349,23)	143.353,59	654.969,04	(528.287,76)	126.681,28
Equipamento administrativo	116.920,71	(110.587,99)	6.332,72	127.728,61	(112.545,83)	15.182,78
Total	**3.043.818,38**	**(1.816.320,16)**	**1.227.498,22**	**3.170.266,21**	**(1.993.047,16)**	**1.177.219,05**

b) Movimento em cada um dos períodos, decorrente das aquisições, alienações, depreciação e outras operações (inclui as reavaliações) relativas aos ativos fixos tangíveis

Exercício de 2021	Quantia escriturada inicial	Adições	Alienações	Depreciações/ Reversões	O. Alterações/ Reavaliaçoes	Quantia escriturada final
Terrenos e recursos naturais	545.242,24					545.242,24
Edifícios e outras construções	254.143,66			(24.177,22)		229.966,44
Equipamento básico	235.969,09	161.351,55		(80.553,79)		316.766,85
Equipamento de transporte	126.681,28	79.224,95	(35.063,00)	(97.668,89)	10.686,05	83.860,39
Equipamento administrativo	15.182,78	3.075,00		(1.842,55)		16.415,23
Total	***1.177.219,05***	***243.651,50***	***(35.063,00)***	***(204.242,45)***	***10.686,05***	***1.192.251,15***

Exercício de 2020	Quantia escriturada inicial	Adições	Alienações	Depreciações/ Reversões	Outras Alterações	Quantia Escriturada final
Terrenos e recursos naturais	545.242,24					545.242,24
Edifícios e outras construções	278.320,90			(24.177,22)	(0,02)	254.143,66
Equipamento básico	254.248,77	47.691,21		(68.128,67)	2.157,79	235.969,09
Equipamento de transporte	143.353,59	89.320,11	(22.053,90)	(104144,3)	20.205,84	126.681,28
Equipamento administrativo	6.332,72	10.807,90		(1.648,13)	(309,71)	15.182,78
Total	***1.227.498,22***	***147.819,22***	***(22.053,90)***	***(198.098,39)***	***22.053,90***	***1.177.219,05***

c) Localização, afetação dos ativos fixos tangíveis e restrições sobre a sua disponibilidade

Todos os ativos fixos tangíveis localizam-se em território nacional, estão em poder da Stap e encontram-se integralmente afetos à atividade da empresa.

d) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, os compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis eram imateriais.

e) Reconhecimento das depreciações de ativos fixos tangíveis

As depreciações de ativos fixos tangíveis foram integralmente reconhecidas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como segue:

DESCRIÇÃO	Depreciações acumuladas no início do período	Depreciações do período reconhecidas nos resultados do período	Redução de depreciações de períodos anteriores por alienação de ativos/outros	Depreciações acumuladas no final do período
Exercício de 2021				
Edifícios e outras construções	350.286,96	24.177,22		374.464,18
Equipamento básico	1.001.926,61	80.553,79		1.082.480,40
Equipamento de transporte	528.287,76	97.668,89	(10.686,05)	615.270,60
Equipamento administrativo	112.545,83	1.842,55		114.388,38
Total	**1.993.047,16**	**204.242,45**	**(10.686,05)**	**2.186.603,56**
Exercício de 2020				
Edifícios e outras construções	326.109,72	24.177,22	0,02	350.286,96
Equipamento básico	935.273,22	68.128,68	(1.475,29)	1.001.926,61
Equipamento de transporte	444.349,23	104.144,36	(20.205,83)	528.287,76
Equipamento administrativo	110.587,99	1.648,13	309,71	112.545,83

Total	**1.816,320,16**	**198.098,39**	**(21.371,39)**	**1.993.047,16**

6. Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

a) Quantias brutas e depreciações e imparidades acumuladas no início e no fim de cada período, constituindo a quantia líquida evidenciada no Balanço

	Situação inicial			Situação final		
	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações e imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Exercício de 2021						
Programas de computador	5.952,30	(5.952,30)	0,00	13.134,30	(8.346,06)	4.788,24
Total	**5.952,30**	**(5.952,30)**	**0,00**	**13.134,30**	**(8.346,06)**	**4.788,24**
Exercício de 2020						
Programas de computador	5.952,30	(5.952,30)	0,00	5.952,30	(5.952,30)	0,00
Total	**5.952,30**	**(5.952,30)**	**0,00**	**5.952,30**	**(5.952,30)**	**0,00**

Por não existirem indícios de imparidade em relação a ativos intangíveis, as imparidades acumuladas são nulas.

b) Compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos intangíveis

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

7. Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2021 a Stap detinha 16.500 (15.000 do BPI e 1500 do Santander) de ações de € 1,00 da Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., adquiridas em 2010 e 2011, pelo seu valor nominal. Detém ainda um fundo de compensação de trabalho (FCT) de acordo com as novas regras fiscais criadas pela Lei nº 70/2013 de 30 de agosto e para os contratos realizados após a publicação da lei.

A principal finalidade da Lisgarante é a realização de operações financeiras, principalmente emissão de garantias e prestação de serviços conexos, em benefício de micro, pequenas e médias empresas, ou de entidades representativas destas, que sejam suas acionistas, os designados mutualistas, tendo em vista promover e facilitar o seu acesso ao financiamento, junto do sistema financeiro e do mercado de capitais.

A 31 de dezembro de 2021 a Stap detinha 730 ações de € 1,00 da Garval adquiridas pelo seu valor nominal, bem como 730 ações de € 1,00 da Norgarante adquiridas pelo seu valor nominal.

8. Inventários

Não existem valores em existências finais de materiais diversos. No exercício de 2021 e 2020 ocorreram os seguintes movimentos, nas contas de inventários dos materiais adquiridos, vendidos e consumidos e em existências:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Existência inicial	0,00	0,00
Compras	1.389.206,31	794.187,83
Existências finais em obra	0,00	0,00
Custo dos materiais vendidos e consumidos	1.389.206,31	794.187,83

9. Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Clientes conta corrente	2.045.996,91	1.076.360,88
Clientes de cobrança duvidosa	44.182,96	44.473,10
	2.090.179,87	1.120.833,98
Imparidades acumuladas	(44.182,96)	(44.473,10)
Total	**2.045.996,91**	**1.076.360,88**

A antiguidade de saldos de clientes, nos períodos findos naquelas datas, desdobrava-se por:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Saldos não vencidos	1.540.513,30€	609.661,52€
Saldos vencidos		
Até 180 dias	391.579,97€	232.250,31€
De 180 a 360 dias	16.362,02€	197.344,78€
Mais de 360	97.541,62€	81.577,37€

As imparidades acumuladas refletem a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efetivo de incobrabilidade, tendo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 ocorrido o seguinte movimento:

Saldo em 1 de janeiro de 2021	44.473,10
Reforços/ Reversões	(290,14)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	44.182,96

Os reforços e as reversões de imparidades de saldos a receber de clientes encontram-se reconhecidos na demonstração de resultados por natureza nas rubricas de "Outros custos operacionais" e "Outros proveitos operacionais", respetivamente.

De acordo com as regras estipuladas no art.36ª do CIRC, não se fizeram ajustamentos aos saldos das contas das entidades do Sector Público Estatal e das Autarquias, por se considerar que os créditos vencidos são integralmente recuperáveis.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos com estas entidades eram como segue:

Ativos e passivos correntes	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Saldos devedores		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	3.125,00	16.265,58
Imposto s/valor acrescentado (reembolsos a pedir)	97.258,30	48.146,91
Imposto s/valor acrescentado (reembolso pedido)	215.457,71	0,00
Total	**315.841,01**	**64.412,49**
Saldos credores		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	108.746,73	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	21.888,92	23.131,13
Contribuições para a Segurança Social	34.263,64	32.204,68
Total	**164.899,29**	**55.335,81**

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC – apresenta-se com saldo a pagar do Estado, decorrente do facto de os pagamentos por conta do ano, serem inferiores a estimativa de imposto sobre o rendimento do período.

Não existem situações de dívidas em mora nem foram identificadas quaisquer imparidades sobre saldos devedores de Estado e outros entes públicos.

Cerca de 70% da faturação efetuada em 2021 pela Stap, porque relacionada com serviços de remodelação ou reparação de bens imóveis, foi realizada ao abrigo do regime de "Iva Autoliquidação".

Por força deste regime, a Stap não liquida (debita) Iva aos seus clientes, pelo que o Iva que suporta na sua atividade é superior ao que consegue repercutir na faturação emitida, ocorrendo cíclicas situações de imposto a recuperar. Durante o exercício de 2021 foi objeto de pedido de reembolso o saldo transitado do exercício de 2020 e do acumulado do ano de 2021. Estes pedidos ocorreram por 2 vezes, no mês de junho e de outubro, perfazendo a totalidade de 408.910,67 euros de reembolso de IVA e que foram todos diferidos pelo Instituto de Gestão de Crédito.

11. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Operações com o pessoal	26.561,09	21.650,00
Prestações de serviços por faturar (periodização económica)	413.098,84	504.275,11
Outros devedores	58.264,33	58.771,24
Total	**497.924,26**	**584.696,35**

Os ativos supra referidos não apresentam quaisquer indícios de perdas por imparidade.
As prestações de serviços por faturar a 31 de dezembro de 2021 e 2020 traduzem os trabalhos já realizados nos períodos findos naquelas datas cujas faturas só no período seguinte serão/foram emitidas, face às disposições contratuais que regem a emissão das respetivas faturas.

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinham a seguinte composição:

	Exercício de 2021		Exercício de 2020	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Gastos a reconhecer				
Seguros	24.008,00		26.756,62	
Alugueres e Outros	17.906,29		35.087,46	
Rendimentos a reconhecer				
Inerentes a obras	16.761,09	520.148,13	49.552,36	28.585,52
Total	**58.675,38**	**520.148,13**	**111.396,44**	**28.585,52**

As quantias escrituradas acima mencionadas constituem gastos/rendimentos registados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e imputáveis a períodos subsequentes, por respeito ao pressuposto contabilístico do regime do acréscimo (periodização económica). O aumento verificado no passivo corrente resulta essencialmente da faturação efetuada às entidades "Infraestruturas de Portugal" e " ADP Fertilizantes" nos montantes de 142.912,74 euros e 249.375,00 euros respetivamente cujos trabalhos não foram ainda concluídos.

13. Capital

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 311.000 ações, com o valor nominal de € 5 (cinco euros) cada, assim repartido, no final de 2021:

	2021	2020
	Nº. de ações/Valor Nominal	Nº. de ações/Valor Nominal
ProStap	217.700 (1.088.500, €)	217.700 (1.088.500, €)
Zizan,Lda	46.650 (233.250€)	46.650 (233.250€)
CAXALP, Lda.	31.100 (155.500€)	31.100 (155.500€)
Ações próprias	15.550 (77.750€)	15.550 (77.750€)
Totais	**311.000 (1.555.000€)**	**311.000 (1.555.000€)**

14. Ações próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, existiam 15.500 ações próprias, com o valor nominal de €77.750,00, adquiridas pela quantia de €77.000,00, não tendo ocorrido quaisquer movimentos nos períodos findos naquelas datas.

15. Reservas

Os movimentos ocorridos nestas rubricas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram como segue:

	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados transitados
Saldo em 1 de janeiro de 2020	221.500,00	77.750,00	(39.867,61)
Aplicação do resultado do exercício anterior	28.500,00	422.038,95	39.867,71
Libertação reserva reav/Imp.Diferido	0,00	-300.000,00	6.796,28
Saldo em 31 de dezembro de 2020	250.000,00	199.788,95	6.796,28
Aplicação do resultado do exercício anterior	10.000,00	0,00	0,00
Distribuição aos accionistas	0,00	-32.938,86	-6.796,28
Libertação reserva reav/Imp.Diferido	0,00	0,00	6.796,28
Saldo em 31 de dezembro de 2021	260.000,00	166.850,09	6.796,28

De acordo com a legislação em vigor, a empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

16. Financiamentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os financiamentos obtidos eram como segue:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Passivos não correntes		
Empréstimos bancários	0,00	0,00
	0,00	0,00
Passivos correntes		
Empréstimos bancários	0,00	0,00
Locações	0,00	3.468,54
Outros –Suprimentos (ProStap)	0,00	200.000,00
	0,00	203.468,54

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Fornecedores conta corrente	942.897,06	634.880,09

Não existe concentração de relacionamento comercial em fornecedores específicos, de que pudesse resultar eventual dependência da Stap na realização da sua atividade operacional.

18. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Fornecedores de investimentos	12.515,01	13.513,59
Remunerações a liquidar	236.997,66	211.346,64
Acréscimos de gastos/obras/diversos	2.612,52	6.430,83
Credores diversos	68.726,91	2.337,68
Total	**320.852,10**	**233.628,74**

As quantias escrituradas de remunerações a liquidar correspondem à estimativa dos encargos com férias, subsídio de férias (incluindo contribuições para a Segurança Social) vencidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e cujo processamento e liquidação só ocorrerá no período subsequente.
As quantias relativas a "Acréscimo de gastos/obras" representam os encargos a suportar pela Stap, imputáveis aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, mas cuja documentação vinculativa só será/foi emitida em período subsequente. O aumento verificado nos credores diversos (68.726,91€) resulta essencialmente do valor recebido de 50.000,00€ que diz respeito a um sinal para a venda futura do armazém da "Polima".

19. Vendas e serviços prestados

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica desdobrava-se, como segue:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Prestações de serviços		
Relacionadas com edificações de betão armado	3.136.111,26	2.584.753,41
Relacionadas com infraestruturas viárias e outras	3.043.872,69	1.586.098,68
Relacionadas com o património arquitetónico	276.715,69	117.488,79
Relacionadas com reabilitação/conservação edifícios	2.767.156,99	1.586.098,69
Total	**9.223.856,63**	**5.874.439,57**

20. Subsídios à exploração

No presente exercício não existe valor na rubrica de subsídios a exploração.

21. Fornecimentos e serviços externos

Representa os seguintes gastos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Subcontratos	2.921.959,91	2.012.461,78
Serviços especializados	750.741,31	592.505,11
Materiais	335.125,57	138.216,03
Energia e fluidos	207.595,62	170.983,73
Deslocações, estadas e transportes	88.859,55	87.795,27
Serviços diversos	408.446,45	372.324,30
Total	**4.712.728,41**	**3.374.286,22**

22. Gastos com o pessoal

O número médio de colaboradores, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi o seguinte:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Trabalhadores integrados-órgãos sociais	5	5
Restantes trabalhadores	48	46
Total	**53**	**51**

Os custos com o pessoal, nos exercícios findos naquelas datas, foram como segue:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Remunerações dos órgãos sociais	181.299,09	142.285,50
Remunerações do pessoal	1.253.457,17	1.166.011,76
Encargos com remunerações	315.246,26	288.558,05
Seguro de acidentes de trabalho	28.922,05	26.099,52
Gastos de ação social e outros	34.093,28	3.588,56
Total	**1.813.017,85**	**1.626.543,39**

A quantia das remunerações dos órgãos sociais respeita integralmente ao Conselho de Administração e, para período findo em 31 de dezembro de 2021, engloba as seguintes parcelas:

- Remunerações fixas € 174.000,00
- Remunerações variáveis € 7.299,09

Os gastos de ação social e outros incluem encargos com formação profissional e assistência medica e medicamentosa.
Os gastos com o pessoal incluem ajudas de custo no montante de € 57.060,00 (2020: €47.017,50).

23. Outros rendimentos e ganhos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros rendimentos e ganhos tinham a seguinte composição:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Rendimentos suplementares	221.592,65	274.891,17
Ganhos obtidos na alienação de ativos/sinistros	3.249,07	2.487,80
Outros	2.079,30	27.009,14
Total	226.921,02	304.388,11

Os serviços prestados de apoio e consultoria de gestão são reconhecidos como rendimentos suplementares. As mensalidades cobradas têm subjacente a maior ou menor intervenção requerida, face à própria dinâmica operacional das entidades a quem os serviços são prestados. A rúbrica "Outros" inclui um ganho referente a excesso de estimativa de IRC 29,36 euros e a juros por diferimento cobrança no montante de 1.784,10 euros.

24. Outros gastos e perdas

Os "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentam a seguinte repartição:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Impostos diretos e indiretos	4.553,25	3.905,95
Taxas	6.783,16	6.112,70
Quotizações	4.548,00	4.548,00
Correções exercícios anteriores	1.412,62	908,19
Outros não especificados – Fiscais/Não fiscais	96,47	1.725,40
Total	**17.393,50**	**17.200,24**

25. Juros e gastos similares suportados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os juros e rendimentos similares suportados respeitavam a:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Juros suportados		
De empréstimos bancários	0,00	113,95
De contratos de locação financeira e outros	16.728,11	5.939,48
Garantias de crédito	51.466,20	30.019,53
Total	**68.194,31**	**36.072,96**

26. Imposto sobre o rendimento do período (Imposto estimado e diferido)

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, o imposto apurado sobre o rendimento de cada período, era como segue:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Resultado antes de impostos	1.243.891,20	132.438,65
Diferenças tributáveis permanentes		
Diferenças tributáveis negativas	11.736,52	19.566,33
Diferenças tributáveis positivas	(5.552,43)	(4.761,80)
Resultado para efeitos fiscais	**1.250.075,19**	**147.243,18**
Dedução de prejuízos fiscais	773.944,42	103.070,23
Matéria coletável	476.130,87	44.172,94
Taxa de imposto média (inclui derrama)	25,0%	23,0%
Imposto apurado sobre o resultado fiscal	*116.488,54*	*10,337,72*
Tributações autónomas - valor de incidência	163.397,13	143.490,02
Taxa média sobre tributações autónomas	9%	8%
Coleta aplicável a tributações autónomas	13.483,63	11.983,20
Imposto sobre resultado corrente	116.306,73	22.320,92
Impostos diferidos	*160.705,94*	*19.852,87*
Beneficios Fiscais CFEI II a)	*13.665,44*	
Imposto sobre o rendimento do período	***277.012,67***	***42.173,79***

A taxa dos impostos diferidos, aplicada aos prejuízos fiscais reportáveis – 21% é uma taxa média igual à aplicada às restantes rubricas.
A 31 de dezembro de 2021, os prejuízos fiscais reportáveis € 773.944,42 – respeitam ao prejuízo do período fiscal findo em 31 de dezembro de 2015 (reportável até ao período fiscal que findar em 31 de dezembro de 2027 o seu valor foi totalmente usado em 2021). O Beneficio fiscal em sede de IRC CFEI II, resulta do investimento em ativo fixo tangível nos primeiros 6 meses de 2021 no valor de 20% de 68.327,17 euros dos bens adquiridos e que corresponde a um valor inferior a 70% da coleta.
A empresa tem de cumprir um conjunto de requisitos enunciados no programa, pois caso não cumpra está sujeita a devolução do montante de imposto que deixou de ser liquidado em virtude da aplicação do regime, acrescido dos juros compensatórios majorados a 15 pontos percentuais.

27. Reavaliação de ativos

No decurso do de 2015 foram efetuadas revalorizações, de itens do ativo fixo tangível, com base em estudos realizados por terceiros (estudo das imparidades sobre os imóveis da sede e da delegação norte) que serviram de suporte a correção da quantia escriturada dos bens, face ao custo de aquisição (critério de mensuração em vigor nos termos do SNC). O excedente de revalorização, expresso nos capitais próprios no exercício de 2021 é atualmente de 90.795,80 euros com um imposto diferido passivo de 24.135,57 euros.

A 31 de dezembro de 2021, os ativos fixos tangíveis objeto de revalorização com base em diplomas legais apresentavam-se como segue:

	Quantia escriturada não revalorizada	Revalorização	Quantia escriturada revalorizada
Terrenos e recursos naturais-Terrugem	283.083,42	71.916,58	355.000,00
Edifícios e outras construções-Porto	110.553,89	43.014,79	153.568,68
Totais	393.637,31	114.931,37	508.568,68

28. Demonstração dos resultados por funções

Na elaboração desta demonstração, que embora englobe os mesmos rendimentos e gastos evidenciados na demonstração de resultados por natureza os aglutina de modo distinto, foram seguidos os seguintes critérios:

- O custo das vendas e dos serviços prestados engloba os gastos (mão-de-obra direta, fornecimentos e serviços externos e outros gastos) diretamente imputáveis aos centros operativos da Stap;
- Os gastos administrativos compreendem os custos da estrutura logística de apoio aos centros operativos, abrangendo, entre outros, o órgão de gestão geral e os centros de administração financeira, de recursos humanos, de informática e de controlo de qualidade;
- Os gastos de distribuição representam os custos publicitários e as ofertas;
- Os outros gastos concentram as quantias de depreciações e de provisões reconhecidas em cada período;
- Os outros rendimentos abarcam os ganhos suplementares e as reversões de imparidades e de provisões;
- Os gastos de financiamento incluem, essencialmente, o valor líquido dos juros suportados e obtidos.

29. Outras divulgações (incluindo as exigidas por diplomas legais)

Para cumprimento das disposições legais, nomeadamente o artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, assim como para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados da empresa, procede-se às seguintes divulgações:

a) Responsabilidades da empresa não evidenciadas nas demonstrações financeiras

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as responsabilidades da empresa por garantias e avales apresentavam a quantia acumulada de, respetivamente € 2.286.378 e €1.861.942, são constituídas por seguro-caução e garantias bancárias prestadas a clientes e outras entidades, com quem a Stap mantém relações comerciais e financeiras.

b) Honorários faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Durante os exercícios financeiros de 2021 e 2020 os honorários totais faturados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, relativamente à revisão das contas anuais da Stap, foram no montante de € 7.200 em 2021 e de 7.200 no exercício de 2020.

30. Acontecimentos após a data do balanço

a. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão pelo Conselho de Administração, em 6 de abril de 2022, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia-geral de Acionistas, agendada para 27 de abril de 2022.

b. Informações sobre condições que existiam à data do balanço

Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

c. Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos – (semelhante ao indicado no relatório de gestão)

Não existem eventos, após a data do balanço, que requeressem ajustamentos às demonstrações financeiras. Há a referir, no entanto, o impacto de uma eventual crise económica mundial devida ao conflito verificado atualmente na Ucrânia, que neste momento ainda é uma incógnita e que naturalmente ainda é difícil antecipar em termos de dimensão e consequências para o setor da construção em Portugal

Lisboa, 31 de março de 2022,

O Contabilista Certificado (Nº 29200):

(Vítor Manuel Mourato)

O Conselho de Administração:

(Jorge Manuel Salavessa Moura - Presidente)

(António Manuel Imaginário Cordeiro - Administrador)

(José Paulo Veríssimo da Silva Maia Costa - Administrador)

(Carlos Alberto Alves Gonçalves - Administrador)

(Bernardo Boavida Salavessa - Administrador)